AMEAÇA

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DENÚNCIA REJEITADA. **AMEAÇA**. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. **PALAVRA DA VÍTIMA**. ESPECIAL RELEVÂNCIA. JUSTA CAUSA. PRESENÇA. RECURSO PROVIDO. 1. Nos crimes cometidos em contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, confere-se à palavra da vítima especial relevância para o recebimento da denúncia, sobretudo quando inexistirem elementos que infirmem sua credibilidade, tendo em vista as características peculiares de tais ilícitos, que comumente são encobertos pelo manto do **convívio doméstico**, distante dos olhares de potenciais testemunhas. 2. Não é cabível a rejeição da denúncia quando estiverem presentes os requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, os pressupostos processuais, as condições da ação, bem como o lastro probatório mínimo a evidenciar a presença de justa causa que autorize o prosseguimento do processo criminal. 3. Recurso conhecido e provido. (TJ-DF 07026265820198070019 - Segredo de Justiça 0702626-58.2019.8.07.0019, Relator: J.J. COSTA CARVALHO, Data de Julgamento: 03/10/2019, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 24/10/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE **AMEAÇA**. **PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO** DE USO RESTRITO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. VIOLENTA EMOÇÃO. ATENUANTE NÃO RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Não cabe a absolvição quando o conjunto probatório é robusto e harmônico no sentido de comprovar a prática do delito. 2. As solicitações de interferência estatal, com o registro de ocorrência policial, o requerimento de medidas protetivas e as narrativas das vítimas são elementos reveladores de que a ameaça se mostrou capaz de incutir fundado temor. 3. Não tendo a vítima provocado ato injusto, não há como reconhecer que a ré cometeu o crime sob a influência de violenta emoção. 4. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-DF 20170710077582 DF 0007397-30.2017.8.07.0007, Relator: JESUINO RISSATO, Data de Julgamento: 17/10/2019, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 24/10/2019 . Pág.: 78/84)

APELAÇÃO CRIMINAL – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – **AMEAÇA** - INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - AMBIENTE DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E VULNERABILIDADE DA VÍTIMA CONFIGURADOS - DECLARAÇÕES DAS VÍTIMAS - CONFIRMAÇÃO POR OUTROS MEIOS - PREPONDERÂNCIA SOBRE VERSÃO INCONSISTENTE DO AGRESSOR – CONDENAÇÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. I - Caracterizado o ambiente de violência doméstica e presente a vulnerabilidade e/ou hipossuficiência da vítima,

as declarações desta, amparadas por outros meios de prova, preponderam sobre a versão do agressor, mormente quando o conjunto probatório mostra-se idôneo e firme no sentido de esclarecer a materialidade e a autoria. II – Recurso desprovido, com o parecer.

(TJ-MS - APR: 00002911320138120041 MS 0000291-13.2013.8.12.0041, Relator: Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva, Data de Julgamento: 18/10/2019, 3ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 23/10/2019)

APELAÇÃO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **AMEAÇA**. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DEPOIMENTO DAS VÍTIMAS. FIRME E COESO. RELEVANTE VALOR PROBATÓRIO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. I - Mantém-se a condenação pela prática do delito de ameaça se as declarações das vítimas são firmes, coesas e harmônicas no sentido de que o réu as ameaçou de morte. II - Nas infrações penais praticadas no âmbito familiar e doméstico a palavra da vítima reveste-se de especial credibilidade, notadamente quando presta declarações firmes em todas as vezes que narra os fatos e não há contraprova capaz de desmerecer o relato. III - O crime de ameaça é formal e verifica-se com o conhecimento do mal injusto e grave anunciado pelo agente que cause efetivo temor, não o descaracterizando o registro de ocorrência policial alguns dias após o fato. IV - Demonstrado concretamente pelos depoimentos prestados pelas vítimas que elas se sentiram atemorizadas pelas palavras do ofensor, é de rigor manter a condenação pelo crime de ameaça. V - Recurso conhecido e não provido.

(TJ-DF 20170710053586 DF 0005117-86.2017.8.07.0007, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, Data de Julgamento: 17/10/2019, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/10/2019 . Pág.: 110/117)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. **AMEAÇA. VIAS DE FATO**. DENÚNCIA. REJEIÇÃO. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. LASTRO PROBATÓRIO MÍNIMO. JUSTA CAUSA. AUSENTES. I - A propositura da ação penal exige que seja observado o disposto no art. 41 do CPP quanto à inicial acusatória que, de sua vez, deverá vir acompanhada de lastro probatório mínimo capaz de justificar a persecução. II - Se a imputação da denúncia não apresenta descrição fática que se subsuma ao delito de ameaça, mas expressões vagas, abstratas e imprecisas, e inexistindo prova indiciária mínima acerca da materialidade e autoria desta conduta e de suposta contravenção penal de vias de fato, conclui-se inexistir a justa causa necessária para a ação penal. III - Ausente a justa causa, mostra-se hígida a decisão que rejeitou a denúncia com fundamento no art. 395, III, do CPP. IV - Recurso conhecido e não provido.

(TJ-DF 20180110204416 DF 0006982-83.2018.8.07.0016, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, Data de Julgamento: 17/10/2019, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 23/10/2019 . Pág.: 110/117)

LESÃO CORPORAL

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - **LESÕES CORPORAIS** - AUTO DE CORPO DE DELITO ASSINADO POR APENAS UM PERITO NÃO OFICIAL - NULIDADE - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO PREJUÍZO - PALAVRA DAS VÍTIMAS - VALOR PROBANTE - DESCLASSIFICAÇÃO PARA VIAS DE FATO - DESCABIMENTO DIANTE DA PROVA DE QUE A CONDOTA DO AGENTE CAUSOU OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA DAS VÍTIMAS. Não demonstrado o prejuízo advindo da confecção do laudo pericial por apenas um médico que não exerce o munus de perito oficial, mas que possui qualificação técnica para aferir a existência/gravidade das lesões, descabe a anulação pleiteada. A palavra da vítima, desde que se apresente segura e coerente, basta para fundamentar a condenação do acusado como autor dos crimes de lesões corporais praticados no âmbito das relações domésticas. Tendo sido comprovado que a conduta do agente causou ofensa à integridade física das vítimas, não há falar em desclassificação do crime de lesões corporais para a contravenção de vias de fato.

(TJ-MG - APR: 10525180085256001 MG, Relator: Fernando Caldeira Brant, Data de Julgamento: 16/10/2019, Data de Publicação: 23/10/2019)

PENAL. PROCESSO PENAL. **LESÃO CORPORAL**. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. LEGÍTIMA DEFESA. NÃO COMPROVAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a palavra da vítima apresenta especial relevo, podendo fundamentar a condenação quando corroborada por outros elementos de convicção nos autos, tais como o laudo de exame de corpo de delito. 2. Não há como acatar a tese de legítima defesa, em especial quando não há qualquer elemento nos autos a indicar que o réu agiu para repelir injusta agressão. 3. Recurso conhecido improvido.

(TJ-DF 20171410041742 DF 0003964-94.2017.8.07.0014, Relator: JESUINO RISSATO, Data de Julgamento: 17/10/2019, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 24/10/2019 . Pág.: 78/84)

PENAL. CRIME DE RESISTÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS. CREDIBILIDADE. DOSIMETRIA. ERRO MATERIAL. PENA MÍNIMA PREVISTA NO PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1.

Comete o crime de resistência aquele que, em situação de flagrante delito, agride os policiais com o intuito de obstar sua prisão. 2. Depoimentos de policiais são idôneos para respaldar a condenação, mormente quando não há qualquer razão para se duvidar de sua veracidade. 3. Em vista de erro material na aplicação da pena mínima prevista no preceito secundário do tipo penal previsto no art. 329, do CP, torna-se essencial sua correção e, por consequência, a diminuição da pena imposta ao réu. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

(TJ-DF 20171210049318 DF 0004813-72.2017.8.07.0012, Relator: JESUINO RISSATO, Data de Julgamento: 17/10/2019, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 24/10/2019 . Pág.: 78/84)

DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA

CONFLITO DE JURISDIÇÃO. **DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS** (LEI 11.340/06, ART. 24-A). AUSÊNCIA DE CONDOTA QUE CONFIGURA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (LEI 11.340/06, ART. 7º) CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. O crime de descumprimento de medidas protetivas, se consistente em voltar, com a aquiescência da ofendida, para o lar do qual o agressor foi afastado, não é cometido com violência doméstica contra a mulher no âmbito familiar. Trata-se, nessa hipótese, de crime de menor potencial ofensivo, cujo processamento e julgamento compete ao Juizado Especial Criminal, e não ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. CONFLITO IMPROCEDENTE.

(TJ-SC - CJ: 00026606020198240000 Blumenau 0002660-60.2019.8.24.0000, Relator: Sérgio Rizelo, Data de Julgamento: 22/10/2019, Segunda Câmara Criminal)

HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. CRIMES DE **AMEAÇA, INJÚRIA E DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS** ANTERIORMENTE DEFERIDAS. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DA VÍTIMA. REITERAÇÃO NA PRÁTICA DE CRIMES CONTRA A EX-COMPANHEIRA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA. 1. Cabível a prisão preventiva para garantir a execução das medidas protetivas de urgência deferidas no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do artigo 313, inciso III, do Código de

Processo Penal. 2. Não há ilegalidade a ser reparada, pois a decisão impugnada decretou a prisão preventiva do paciente com base em fundamentação concreta, justificando a sua necessidade para a garantia da ordem pública e da integridade física e psíquica da vítima diante do descumprimento das medidas protetivas anteriormente deferidas e pela reiteração na prática de crimes de ameaça contra a ex-companheira. 3. O descumprimento das medidas protetivas de urgência anteriormente impostas e a reiteração na prática de crimes contra a ex-companheira demonstram a inadequação e a insuficiência da imposição isolada de medidas cautelares alternativas à prisão, e revelam a necessidade de se manter a prisão preventiva do paciente para a garantia da incolumidade física e psíquica da ofendida. 4. Ordem denegada, mantendo a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

(TJ-DF 07039163420198079000 DF 0703916-34.2019.8.07.9000, Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Data de Julgamento: 21/10/2019, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: Publicado no PJe : 21/10/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)

INJÚRIA

PENAL. INJÚRIA CONTRA EX-MULHER. PROVA SATISFATÓRIA DA MATERIALIDADE E AUTORIA. SENTENÇA MANTIDA. 1 Réu condenado por infringir o artigo 140 do Código Penal, depois de injuriar sua ex-mulher. Posteriormente, ainda falou para a filha comum, referindo-se à mãe: "- Ela está gorda, velha, precisando se cuidar!" 2 O relato da vítima nas duas fases procedimentais foi corroborado pelos filhos comuns com a devida clareza. O réu não provou ter agido em retorsão imediata a outra injúria sofrida atribuível à ex-mulher. Outros fatos de violência familiar contra a mulher devem ser apurados em autos próprios. 3 Apelação não provida.

(TJ-DF 20180110198106 DF 0006798-30.2018.8.07.0016, Relator: GEORGE LOPES, Data de Julgamento: 03/10/2019, 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/10/2019 . Pág.: 79-87)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. CRIME DE AMEAÇA. CRIME DE INJÚRIA RACIAL E DE ORIGEM. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. DOSIMETRIA ADEQUADA. SENTENÇA MANTIDA. 1. Inviável o acolhimento de pleito absolutório quando a condenação vem lastreada em provas sólidas, como as declarações firmes da ofendida prestadas perante a autoridade policial e confirmadas em juízo. 2. Recurso conhecido e improvido.

(TJ-DF 20160710156466 DF 0014867-49.2016.8.07.0007, Relator: JESUINO RISSATO, Data de Julgamento: 10/10/2019, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/10/2019 . Pág.: 134/140)

PROCESSO PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. INQUÉRITO POLICIAL. CRIMES DE **INJÚRIA E DIFAMAÇÃO**. DECISÃO DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE PELA DECADÊNCIA. DÚVIDA ACERCA DA AUTORIA DELITIVA. PRAZO DECADENCIAL NÃO INICIADO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Segundo a disposição legal do art. 103, do CP, e também do art. 38, do CPP, o ofendido decai do direito de queixa se não o exerce dentro do prazo de 06 (seis) meses, contados do dia em que veio a saber quem é o autor do crime. 2. Prematura a decisão que extingue a punibilidade do suposto autor do fato em virtude da decadência do direito de queixa, se há fundada dúvida acerca da autoria delitiva - e por consequência não se tem o início da contagem do prazo decadencial, tanto que ainda tramita incidente de quebra de sigilo de dados telemáticos, deferido pelo juízo de primeiro grau. 3. Recurso da acusação conhecido e provido a fim de dar continuidade às investigações para apuração da autoria delitiva.

(TJ-DF 20180710043085 DF 0004062-66.2018.8.07.0007, Relator: JESUINO RISSATO, Data de Julgamento: 10/10/2019, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/10/2019 . Pág.: 134/140)